



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2025 – SEMSA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.139/2025-SEMSA

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA** pessoa jurídica de Direito Público, através da Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 040/2024 – SEMSA, de 05 de março de 2024, tornam público a todos os interessados, que realizará Chamada Pública, para CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO, nos termos do art. 78, inciso I, e o art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, e Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, Lei complementar 123 de 14 Dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 433 de março de 2023. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Credenciamento Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Portal de Compras Públicas.

A Prefeitura Municipal de Santarém, com fulcro no artigo 78, inciso I e artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 torna público para conhecimento dos interessados, a contar da data de sua Publicação. As inscrições poderão ser feitas a qualquer tempo, pelos interessados. O Chamamento Público para Fins de Credenciamento referente ao Edital em Epígrafe, Cujo Objeto é a **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Período para a entrega de documentação e proposta: O período de **13/08/2025 à 13/08/2026** no site www.portaldecompraspublicas.com.br, de forma exclusiva pelo método eletrônico, propostas para o CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2025, em conformidade com a Lei Nº 14.133/2021.

DATA (PERÍODO): 13/08/2025 à 13/08/2026

HORÁRIO: até 14h30min do dia 13/08/2026 (horário de Brasília/DF)

LOCAL: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital de Credenciamento Eletrônico objetiva a **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A cidade de Santarém, situa-se a 2º 24" 52" de latitude sul e 54º 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas

1.3. O procedimento administrativo será lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Comissão Permanente de Contratação em contrário.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar do procedimento de Credenciamentos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste procedimento, que atendam todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1.3. Os credenciados deverão utilizar login e senha para acesso ao Sistema.

2.2. O credenciado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica, indicada no preâmbulo (www.portaldecompraspublicas.com.br), no período **13/08/2025 à 13/08/2026**. A Prefeitura Municipal de Santarém – PA, convocará o Credenciado selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio ou da comunicação na plataforma;

2.7. O contrato de credenciamento será enviado ao Credenciado selecionado pela plataforma eletrônica e/ou e-mail, sendo que, deverá o candidato devolver o contrato assinado.

2.8. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem representará a desistência da empresa com relação ao procedimento neste Edital.

2.9. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 5 (cinco) dias após o credenciamento do interessado e será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santarém e/ou Diário oficial da União e no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.10. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

2.10.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.10.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar do credenciamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.10.8. Agente público do órgão ou entidade credenciadora;

2.10.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.10.12. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação

2.11. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

contratação, de execução do credenciamento ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede o credenciamento ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução

2.15. Em credenciamento e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#)

2.16. As vedações de que trata este capítulo se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DAS DEMAIS CONDIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO

3.1. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO, O PARTICIPANTE MARCARÁ NO CHECKBOX (QUADRADINHO) DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e de seus anexos;

3.3. Que em cumprimento ao exigido no edital, até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4. Que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos nos termos do inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/21;

3.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.6. A declaração de enquadramento como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, será assinalada pela opção SIM ou NÃO;

3.7. A declaração de cumprimento ao edital, que concorda em oferecer garantia nos produtos negociados, será assinalada somente quando exigido Seguro-Garantia;

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o participante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os credenciados interessados deverão encaminhar O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXCLUSIVAMENTE pelo meio eletrônico no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A habilitação dos credenciados será verificada, mediante análise de todos os documentos de habilitação anexados ao Sistema, pela Comissão Permanente de Contratação, em conformidade com o Edital;

5.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

5.4. Se o credenciado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o credenciado for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

5.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de credenciado matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

5.5. Será verificado se o credenciado apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#));

5.6. Será verificado se o credenciado apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.7. O credenciado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de habilitação;

5.8. A verificação pela Comissão Permanente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

5.9. Haverá verificação no SICAF ou outro Cadastro de Fornecedores ou ainda a exigência dos documentos nele não contidos;

5.9.1. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência;

5.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

5.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos credenciados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

5.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

5.11. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão Permanente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

5.12. Na hipótese de o participante não atender às exigências para habilitação, a Comissão Permanente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste Edital.

5.13. As empresas credenciadas deverão apresentar independente de SICAF ou outro Cadastro de Fornecedores certificado, TODA a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

5.14. Habilitação Jurídica

5.14.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.14.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.14.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.14.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5.14.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.14.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

5.14.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

5.14.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.14.9. No caso de exercício de atividade compatível com o objeto da licitação: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021;

5.14.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

5.15. Qualificação Técnica

5.15.1 Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário, conforme Legislação aplicável;

5.15.2 Apresentar no mínimo um atestado(s) de capacidade técnica ou contrato de prestação de serviços fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do representante da empresa ou em nome do representante legal, que comprove(m) sua aptidão para o desempenho das atividades;

5.15.3 A Licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratada e local em que foram prestados os serviços;

5.15.4 Indicação do Responsável Técnico da empresa, com o respectivo registro na entidade profissional competente - Conselho Regional de Biomedicina e/ou Conselho Regional de Bioquímica;

5.15.5 Certificado de Regularidade da Pessoa Física do(s) profissional que prestará o serviço como Responsável Técnico;

5.15.6 Registro da empresa na entidade profissional competente;

5.15.7 Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), compatível com o objeto da Licitação;

5.15.8 Alvará de funcionamento;

5.15.9 Apresentação de plano de contingência e declaração que possui capacidade técnica necessária para a prestação dos serviços a serem executados, relacionando os equipamentos em seu parque tecnológico e quantidade de profissionais com seus respectivos cargos;

5.15.10 Apresentação de declaração de conhecimento dos serviços a serem executados e os seus locais de realização;

5.16. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

5.16.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.16.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.16.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.16.4. Regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.16.5. Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.16.6. Regularidade com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

5.16.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.16.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.16.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

5.17. Habilitação Econômico-Financeira

5.17.1. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

5.17.1.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

5.17.1.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação;

5.17.2. Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas devem apresentar o balanço patrimonial, não restando a obrigação do registro na Junta Comercial do Estado da licitante. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador e o representante legal da empresa;

5.17.3. Em se tratado de MEI, estas deverão apresentar balanço patrimonial de acordo com Acórdão 133/2022 Plenário TCU;

5.17.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.17.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

5.17.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

5.18. Documentos de habilitação complementares

5.18.1. As empresas licitantes deverão apresentar as seguintes certidões/declarações negativas, expedidas pelos Órgãos abaixo, como documentos complementares de habilitação:

5.18.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

5.18.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

5.18.1.3. Lista de Inidôneos (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO>), mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

5.19. Em se tratando de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

5.19.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

5.19.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

5.19.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

5.19.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

5.19.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

5.19.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

5.19.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

5.20. Demais informações:

5.20.1 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

5.21. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

5.21.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

5.22. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

5.23. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

5.24. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

5.25. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.26. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

5.27. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

6. DOS RECURSOS

6.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação dos credenciados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

6.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do participante:

6.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

6.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

6.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

6.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

6.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

6.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais participantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

6.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

6.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

6.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital e no sítio eletrônico: www.santarem.pa.gov.br // <https://transparencia-beta.santarem.pa.gov.br/portal/licitacao-contratos-convenios>;

7. DO PRAZO

7.1 O presente credenciamento terá vigência de **13/08/2026** contados da data de publicação do edital, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021.

8. ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DA CREDENCIADA

8.1. Toda alteração que implique modificação das informações prestadas pela interessada para obtenção do credenciamento deverá ser alterada e/ou anexada na Plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br;

8.2. A credenciada deverá atualizar os seus dados cadastrais no sistema sempre que ocorrer mudança de endereço, conta de e-mail, telefone ou do representante legal;

8.3. A atualização dos dados da credenciada não alterará a condição do credenciamento já homologados.

9. DESCRENCIAMENTO

9.1. O órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- I - Pedido formalizado pelo credenciado;
- II - Perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

9.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes;

9.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação;

9.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação;

9.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

10. CRITÉRIO DE ESCOLHA E DA SESSÃO PÚBLICA, DO JULGAMENTO, DA DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA E ESCALA

10.1. A entrega da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO/PROPOSTA (TERMO DE ADESÃO) é EXCLUSIVAMENTE pelo meio eletrônico no site www.portaldecompraspublicas.com.br, onde as documentações de habilitação/proposta, dos primeiros interessados, serão analisados no período de **13/08/2025 à 13/08/2026** sendo emitido o resultado no site www.portaldecompraspublicas.com.br;

10.2. Concluída o credenciamento e ao surgir à necessidade de contratação, o Município poderá proceder as contratações de imediato dos primeiros credenciados com a respectiva distribuição equitativa das escalas até o fechamento total dos plantões conforme necessidade, sendo que os demais contratados receberão a distribuição das escalas conforme necessidade no decorrer da vigência do respectivo instrumento;

10.3. O serviço será prestado de forma parcelada, e faturado conforme a sua execução, mensalmente, em virtude de não ser possível a sua prestação de uma só vez;

10.3. Os credenciamentos superveniente, deverão inserir/cadastrar DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO/PROPOSTA (TERMO DE ADESÃO) no site www.portaldecompraspublicas.com.br, respeitando o prazo de até 15 (quinze) dias corridos, para análise da Comissão;

10.4. Os credenciados apenas terão mera expectativa de contratação.

11. DO PRAZO DE ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pela plataforma eletrônica, indicada no preâmbulo (www.portaldecompraspublicas.com.br), no período de **13/08/2025 à 13/08/2026**. A Prefeitura Municipal de Santarém – PA, convocará o Credenciado selecionado, através da plataforma eletrônica do credenciamento e ou e-mail, para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do envio ou da comunicação na plataforma;

11.2. O contrato de credenciamento será enviado ao Credenciado selecionado pela plataforma eletrônica e/ou e-mail, sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado.

11.3. O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem representará a desistência da empresa com relação ao procedimento neste Edital;

11.4. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 5 (cinco) dias após o credenciamento do interessado e será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santarém, Diário Oficial da União e no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

12. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. A execução dos serviços será formalizada por contrato administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes;

12.2. A execução dos serviços será formalizada por Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o procedimento de contratação, Termo de Referência, e da Proposta de Preços da empresa considerada vencedora;

12.3. O período de vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos previstos em Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.4. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no edital de credenciamento;

12.5. A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame via sistema do Portal de Compras Públicas;

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br;

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação;

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

14.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração;

14.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Da sessão pública do Chamamento Público de Credenciamento divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico e na transparência do município;

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação;

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

15.4. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação;

15.5. As normas disciplinadoras do credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

15.6. Os participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo credenciamento;

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do credenciado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

15.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.santarem.pa.gov.br mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

15.11. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento de credenciamento será o da Comarca de Santarém/PA;

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta do Contrato

Anexo III: Modelo de Requerimento de Adesão ao Credenciamento

ANEXO IV: Modelo de Declarações

ANEXO V: Modelo de Declaração para ME/EPP

ANEXO VI: Minuta do Termo de Credenciamento

ANEXO VII: Declaração de Idoneidade e Não Suspensão Temporária

Santarém, 12 de agosto de 2025.

Elaborado por:

Manoel Batista Vieira
Núcleo de Licitação e Contratos NLC/SEMSA
Decreto Nº 078/2025 – GAP/PMS

Autorizado por:

Everaldo De Souza Martins Filho
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 010/2025 - GAP/PMS

Comissão:

Elaine Vitor Do Amaral
Agente de Contratação
Portaria nº 040/2024 – SEMSA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21
TERMO DE REFERÊNCIA

DADOS DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA COMPRADORA

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 17.556.659/0001-21

Endereço: Avenida Mendonça Furtado, nº 2440

CEP: 68.040-050

Cidade: Santarém-PA

1. OBJETO

Contratação/Aquisição de empresa especializada visando o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM.**

2. JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Santarém através da Secretaria de Saúde, pessoa jurídica de direito público, visa atendimento de suas atribuições constitucionais e legais, e prima pelo bem estar de seus jurisdicionados na prática de políticas públicas de saúde, educação, lazer, cultura, esporte, meio ambiente e social.

Além de buscar cumprir suas metas de Governo voltadas ao bem estar de todos os cidadãos santarenos, planejou a execução de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde.

Considerando a relevância dos exames laboratoriais demandados como uma ferramenta diagnóstica fundamental, é essencial garantir acesso rápido e preciso, para pacientes que necessitam. A presente contratação surge da necessidade da Prestação de serviços laboratoriais de rotina e especializados, que contemple as UBS's da Zona Urbana e Planalto em Santarém-Pará, conforme a descrição abaixo: Jaderlândia, Santa Clara, Nova República, Floresta, Maicá, Fátima, Santo André, Santana, Santarenzinho, Livramento, Diamantino, Salvação, Aeroporto Velho, Jutai/Ururari, Uruará, Área Verde, Conquista, Aparecida/Caranazal, Esperança, Interventoria, Matinha, Mapiri/Liberdade, Maracanã, Prisional, Cipoal, Alter do Chão, Boa Esperança, Jacamim, São José, Tabocal, São Braz, Mararu, Santíssimo/Praia, Nova Esperança do Ituiqui.

Considerando a importância de promover uma abordagem multidisciplinar e integrada no cuidado dos pacientes atendidos pela Atenção Primária, a inclusão destes exames laboratoriais na gama de serviços disponíveis contribui para uma avaliação abrangente e uma tomada de decisão clínica mais assertiva.

Considerando o compromisso da gestão municipal em proporcionar serviços de saúde de excelência à comunidade, é fundamental garantir a oferta de exames diagnósticos de rotina e especializados de alta qualidade e confiabilidade, como é o caso dos itens listados, para contribuir para a detecção precoce, o tratamento adequado e a prevenção de doenças que possam ser detectadas.

Sendo assim, faz-se necessário a contratação de uma empresa especializada nesses serviços.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo de Referência encontra fundamentação legal artigo 79, Inciso I, da Lei 14.133/2021, que dispõe:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	SERVIÇO	APRESENTAÇÃO	QTD	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
1	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	TESTE	40	R\$ 22,57	R\$ 902,80
2	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	TESTE	296	R\$ 27,42	R\$ 8.116,32
3	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS)	TESTE	1.500	R\$ 54,27	R\$ 81.405,00
4	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	TESTE	72.414	R\$ 14,11	R\$ 1.021.761,54
5	DOSAGEM DE ALDOLASE	TESTE	20	R\$ 28,53	R\$ 570,60
6	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	TESTE	38	R\$ 25,01	R\$ 950,38
7	DOSAGEM DE AMILASE	TESTE	480	R\$ 16,93	R\$ 8.126,40
8	DOSAGEM DE AMONÍAC	TESTE	180	R\$ 22,78	R\$ 4.100,40
9	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACÇÕES	TESTE	1.800	R\$ 18,35	R\$ 33.030,00
10	DOSAGEM DE CÁLCIO	TESTE	1.000	R\$ 15,93	R\$ 15.930,00
11	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	TESTE	480	R\$ 20,73	R\$ 9.950,40
12	DOSAGEM DE CLORETO	TESTE	120	R\$ 17,26	R\$ 2.071,20
13	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	TESTE	22.896	R\$ 19,57	R\$ 448.074,72
14	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	TESTE	26.496	R\$ 15,86	R\$ 420.226,56
15	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	TESTE	72.414	R\$ 16,04	R\$ 1.161.520,56
16	DOSAGEM DE CREATININA	TESTE	72.414	R\$ 15,71	R\$ 1.137.623,94
17	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	TESTE	420	R\$ 24,63	R\$ 10.344,60
18	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACÇÃO MB	TESTE	120	R\$ 30,93	R\$ 3.711,60
19	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	TESTE	710	R\$ 21,49	R\$ 15.257,90
20	DOSAGEM DE FERRITINA	TESTE	1.330	R\$ 30,54	R\$ 40.618,20
21	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	TESTE	1.328	R\$ 20,74	R\$ 27.542,72
22	DOSAGEM DE FOLATO	TESTE	165	R\$ 25,69	R\$ 4.238,85
23	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	TESTE	38	R\$ 23,25	R\$ 883,50
24	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	TESTE	2.167	R\$ 15,87	R\$ 34.390,29
25	DOSAGEM DE FOSFÓRIO	TESTE	180	R\$ 16,89	R\$ 3.040,20
26	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	TESTE	2.040	R\$ 19,24	R\$ 39.249,60
27	DOSAGEM DE GLICOSE	TESTE	12.000	R\$ 13,22	R\$ 158.640,00
28	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	TESTE	120	R\$ 36,78	R\$ 4.413,60
29	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	TESTE	25.397	R\$ 24,87	R\$ 631.623,39
30	DOSAGEM DE LIPASE	TESTE	235	R\$ 20,05	R\$ 4.711,75
31	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	TESTE	644	R\$ 16,19	R\$ 10.426,36
32	DOSAGEM DE MUCO-PROTEÍNAS	TESTE	38	R\$ 23,88	R\$ 907,44
33	DOSAGEM DE POTÁSSIO	TESTE	72.414	R\$ 16,75	R\$ 1.212.934,50
34	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	TESTE	840	R\$ 15,91	R\$ 13.364,40
35	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRACÇÕES	TESTE	360	R\$ 20,57	R\$ 7.405,20
36	DOSAGEM DE SÓDIO	TESTE	8.624	R\$ 17,10	R\$ 147.470,40
37	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99
38	DOSAGEM DE TRANSAMINASE	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 17.556.659/0001-21

	GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)				
39	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	TESTE	106	R\$ 22,29	R\$ 2.362,74
40	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	TESTE	72.414	R\$ 19,29	R\$ 1.396.866,06
41	DOSAGEM DE UREIA	TESTE	20.294	R\$ 16,27	R\$ 330.183,38
42	DOSAGEM DE VITAMINA B12	TESTE	1.990	R\$ 28,20	R\$ 56.118,00
43	ELETOFORESE DE LIPOPROTEINAS	TESTE	38	R\$ 38,04	R\$ 1.445,52
44	ELETOFORESE DE PROTEINAS	TESTE	275	R\$ 23,75	R\$ 6.531,25
45	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE	TESTE	15	R\$ 72,75	R\$ 1.091,25
46	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES	TESTE	30	R\$ 61,01	R\$ 1.830,30
47	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	TESTE	6.000	R\$ 35,37	R\$ 212.220,00
48	CONTAGEM DE PLAQUETAS	TESTE	6.000	R\$ 16,13	R\$ 96.780,00
49	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	TESTE	102	R\$ 18,26	R\$ 1.862,52
50	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	TESTE	2.400	R\$ 17,71	R\$ 42.504,00
51	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	TESTE	2.400	R\$ 16,61	R\$ 39.864,00
52	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	TESTE	362	R\$ 20,62	R\$ 7.464,44
53	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	TESTE	240	R\$ 22,46	R\$ 5.390,40
54	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	TESTE	1.475	R\$ 23,45	R\$ 34.588,75
55	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	TESTE	2.400	R\$ 22,94	R\$ 55.056,00
56	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	TESTE	3.840	R\$ 14,49	R\$ 55.641,60
57	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	TESTE	38	R\$ 38,39	R\$ 1.458,82
58	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	TESTE	180	R\$ 16,41	R\$ 2.953,80
59	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	TESTE	2.000	R\$ 31,77	R\$ 63.540,00
60	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	TESTE	2.400	R\$ 17,48	R\$ 41.952,00
61	HEMATOCRITO	TESTE	120	R\$ 16,02	R\$ 1.922,40
62	HEMOGRAMA COMPLETO	TESTE	12.000	R\$ 20,92	R\$ 251.040,00
63	LEUCOGRAMA	TESTE	2.400	R\$ 15,80	R\$ 37.920,00
64	PESQUISA DE CELULAS LE	TESTE	40	R\$ 37,35	R\$ 1.494,00
65	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	TESTE	1.200	R\$ 18,01	R\$ 21.612,00
66	PROVA DO LACO	TESTE	1.800	R\$ 15,99	R\$ 28.782,00
67	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	TESTE	100	R\$ 27,56	R\$ 2.756,00
68	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	TESTE	100	R\$ 26,15	R\$ 2.615,00
69	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	TESTE	180	R\$ 20,28	R\$ 3.650,40
70	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	420	R\$ 26,86	R\$ 11.281,20
71	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	TESTE	63	R\$ 33,64	R\$ 2.119,32
72	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	TESTE	5.817	R\$ 35,29	R\$ 205.281,93
73	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	TESTE	82	R\$ 23,36	R\$ 1.915,52
74	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	TESTE	96	R\$ 25,03	R\$ 2.402,88
75	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	TESTE	160	R\$ 24,72	R\$ 3.955,20
76	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	6.236	R\$ 19,11	R\$ 119.169,96
77	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	TESTE	65	R\$ 102,33	R\$ 6.651,45
78	PESQUISA DE ANTICORPO IGG	TESTE	45	R\$ 36,75	R\$ 1.653,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

	ANTICARDIOLIPINA				
79	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	TESTE	45	R\$ 34,50	R\$ 1.552,50
80	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	TESTE	45	R\$ 23,75	R\$ 1.068,75
81	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	TESTE	12.000	R\$ 34,67	R\$ 416.040,00
82	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	TESTE	6.000	R\$ 38,67	R\$ 232.020,00
83	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	TESTE	10	R\$ 29,56	R\$ 295,60
84	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	TESTE	40	R\$ 27,29	R\$ 1.091,60
85	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	TESTE	40	R\$ 29,02	R\$ 1.160,80
86	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	TESTE	40	R\$ 27,77	R\$ 1.110,80
87	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	TESTE	38	R\$ 27,85	R\$ 1.058,30
88	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	TESTE	2.400	R\$ 26,79	R\$ 64.296,00
89	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	TESTE	12	R\$ 48,06	R\$ 576,72
90	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	TESTE	385	R\$ 31,01	R\$ 11.938,85
91	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	TESTE	1.576	R\$ 38,08	R\$ 60.014,08
92	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 31,55	R\$ 1.262,00
93	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	TESTE	2.640	R\$ 26,16	R\$ 69.062,40
94	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	TESTE	2.400	R\$ 28,84	R\$ 69.216,00
95	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	TESTE	6.000	R\$ 34,57	R\$ 207.420,00
96	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 26,85	R\$ 161.100,00
97	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 30,31	R\$ 181.860,00
98	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	112	R\$ 27,59	R\$ 3.090,08
99	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG)	TESTE	2.400	R\$ 141,32	R\$ 339.168,00
100	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	660	R\$ 211,27	R\$ 139.438,20
101	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.100	R\$ 29,62	R\$ 32.582,00
102	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	6.000	R\$ 30,72	R\$ 184.320,00
103	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 54,93	R\$ 1.373,25
104	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN- BARR	TESTE	140	R\$ 36,21	R\$ 5.069,40
105	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,72	R\$ 6.892,80
106	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 32,78	R\$ 196.680,00
107	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 33,41	R\$ 200.460,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

108	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	108	R\$ 32,46	R\$ 3.505,68
109	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	TESTE	2.400	R\$ 30,99	R\$ 74.376,00
110	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	38	R\$ 349,97	R\$ 13.298,86
111	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.080	R\$ 29,04	R\$ 31.363,20
112	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	5.400	R\$ 31,18	R\$ 168.372,00
113	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN- BARR	TESTE	120	R\$ 34,37	R\$ 4.124,40
114	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,88	R\$ 6.931,20
115	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	TESTE	55	R\$ 39,12	R\$ 2.151,60
116	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	TESTE	6.000	R\$ 28,55	R\$ 171.300,00
117	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	TESTE	2.400	R\$ 27,20	R\$ 65.280,00
118	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	TESTE	50	R\$ 20,98	R\$ 1.049,00
119	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-	TESTE	240	R\$ 33,39	R\$ 8.013,60
120	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	TESTE	6.000	R\$ 19,82	R\$ 118.920,00
121	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 23,28	R\$ 34.920,00
122	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 25,79	R\$ 38.685,00
123	VDRL P/ DETECAAO DE SIFILIS EM GESTANTE	TESTE	6.000	R\$ 25,48	R\$ 152.880,00
124	DOSAGEM DE TROPONINA	TESTE	38	R\$ 32,52	R\$ 1.235,76
125	PESQUISA DE GORDURA FECAL	TESTE	38	R\$ 27,32	R\$ 1.038,16
126	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	TESTE	62	R\$ 58,87	R\$ 3.649,94
127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	TESTE	22.800	R\$ 16,20	R\$ 369.360,00
128	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 33,20	R\$ 1.261,60
129	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	TESTE	2.466	R\$ 31,79	R\$ 78.394,14
130	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 18,47	R\$ 701,86
131	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	TESTE	90.414	R\$ 16,36	R\$ 1.479.173,04
132	CLEARANCE DE CREATININA	TESTE	6.477	R\$ 22,67	R\$ 146.833,59
133	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	TESTE	6.477	R\$ 28,72	R\$ 186.019,44
134	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	TESTE	1.000	R\$ 20,34	R\$ 20.340,00
135	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE (T4L)	TESTE	2.500	R\$ 30,22	R\$ 75.550,00
136	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	TESTE	360	R\$ 57,15	R\$ 20.574,00
137	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	TESTE	38	R\$ 38,53	R\$ 1.464,14
138	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	TESTE	38	R\$ 37,21	R\$ 1.413,98
139	DOSAGEM DE CORTISOL	TESTE	720	R\$ 28,85	R\$ 20.772,00
140	DOSAGEM DE	TESTE	180	R\$ 33,10	R\$ 5.958,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

	DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)				
141	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	TESTE	65	R\$ 43,09	R\$ 2.800,85
142	DOSAGEM DE ESTRADIOL	TESTE	775	R\$ 30,43	R\$ 23.583,25
143	DOSAGEM DE ESTRIOL	TESTE	233	R\$ 44,33	R\$ 10.328,89
144	DOSAGEM DE ESTRONA	TESTE	296	R\$ 60,38	R\$ 17.872,48
145	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	TESTE	3.360	R\$ 26,72	R\$ 89.779,20
146	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	TESTE	38	R\$ 38,79	R\$ 1.474,02
147	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	TESTE	1.291	R\$ 25,91	R\$ 33.449,81
148	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	TESTE	1.009	R\$ 24,35	R\$ 24.569,15
149	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	TESTE	13.721	R\$ 26,00	R\$ 356.746,00
150	DOSAGEM DE INSULINA	TESTE	720	R\$ 24,32	R\$ 17.510,40
151	DOSAGEM DE PARATORMONIO	TESTE	160	R\$ 45,69	R\$ 7.310,40
152	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	TESTE	98	R\$ 33,30	R\$ 3.263,40
153	DOSAGEM DE PROGESTERONA	TESTE	720	R\$ 29,90	R\$ 21.528,00
154	DOSAGEM DE PROLACTINA	TESTE	600	R\$ 28,70	R\$ 17.220,00
155	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	TESTE	98	R\$ 67,37	R\$ 6.602,26
156	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	TESTE	480	R\$ 30,66	R\$ 14.716,80
157	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	TESTE	120	R\$ 35,23	R\$ 4.227,60
158	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 34,76	R\$ 1.390,40
159	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	TESTE	2.239	R\$ 25,23	R\$ 56.489,97
160	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	TESTE	6.627	R\$ 26,56	R\$ 176.013,12
161	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	TESTE	1.800	R\$ 24,39	R\$ 43.902,00
162	DOSAGEM DE ALUMINIO	TESTE	145	R\$ 43,90	R\$ 6.365,50
163	DOSAGEM DE CHUMBO	TESTE	180	R\$ 31,35	R\$ 5.643,00
164	DOSAGEM DE LITIO	TESTE	195	R\$ 25,37	R\$ 4.947,15
165	DOSAGEM DE ZINCO	TESTE	73	R\$ 34,84	R\$ 2.543,32
166	ANTIBIOGRAMA	TESTE	12.000	R\$ 35,16	R\$ 421.920,00
167	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	TESTE	1.200	R\$ 114,30	R\$ 137.160,00
168	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	TESTE	240	R\$ 20,00	R\$ 4.800,00
169	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	TESTE	60	R\$ 54,16	R\$ 3.249,60
170	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	TESTE	720	R\$ 20,00	R\$ 14.400,00
171	BACTEROSCOPIA (GRAM)	TESTE	1.200	R\$ 22,40	R\$ 26.880,00
172	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	TESTE	12.000	R\$ 57,78	R\$ 693.360,00
173	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	TESTE	2.400	R\$ 65,53	R\$ 157.272,00
174	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	TESTE	240	R\$ 60,75	R\$ 14.580,00
175	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	TESTE	720	R\$ 29,32	R\$ 21.110,40
176	HEMOCULTURA	TESTE	40	R\$ 74,55	R\$ 2.982,00
177	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	TESTE	3.000	R\$ 25,61	R\$ 76.830,00
178	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	TESTE	6.000	R\$ 26,39	R\$ 158.340,00
179	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	TESTE	6.000	R\$ 17,25	R\$ 103.500,00
180	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA	TESTE	6.000	R\$ 28,11	R\$ 168.660,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

HUMANA (TIA)					
181	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMOIDIOS	TESTE	40	R\$ 123,85	R\$ 4.954,00
182	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 55,20	R\$ 1.380,00
183	DOSAGEM DE ANTIGENO CA 125	TESTE	80	R\$ 34,68	R\$ 2.774,40
184	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	TESTE	10	R\$ 14,41	R\$ 144,10
185	DOSAGEM DE CALCITONINA	TESTE	10	R\$ 36,08	R\$ 360,80
186	DOSAGEM DE MERCURIO	TESTE	30	R\$ 31,51	R\$ 945,30
187	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	TESTE	30	R\$ 36,57	R\$ 1.097,10
188	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUIÇÃO	TESTE	700	R\$ 68,40	R\$ 47.880,00
189	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	TESTE	300	R\$ 62,66	R\$ 18.798,00
190	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APÓS TRH	TESTE	50	R\$ 140,16	R\$ 7.008,00
191	TESTE DE AVIDEZ	TESTE	2.000	R\$ 113,95	R\$ 227.900,00
192	DOSAGEM DE LACTATO	TESTE	2.000	R\$ 25,05	R\$ 50.100,00
193	TESTE DE CLORETO NO SUOR	TESTE	24	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
					R\$
					19.753.614,13

O valor da contratação será de **R\$ 19.753.614,13 (dezenove milhões setecentos e cinquenta e três mil seiscentos e quatorze reais e treze centavos)**, conforme planilha orçamentária anexa.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

O presente Termo, como já informado, refere-se ao **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM**, conforme condições e especificações constantes neste documento.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 O prestador será contratado através de credenciamento, com contratação paralela e não excludente.

6.2 Requisitos Gerais

a) Qualificação Técnica da Contratada: A empresa contratada deverá ser especializada para exames laboratoriais, devendo estar registrada e autorizada pelos órgãos competentes, com equipe técnica capacitada, devidamente habilitados.

b) Regulamentação e Autorização: A empresa contratada deverá possuir toda a documentação legal e técnica necessária, em conformidade com a legislação vigente, como as exigências da Lei nº 14.133/21 e demais normativas do SUS.

c) Qualidade e Segurança dos Exames: Os serviços de exames laboratoriais devem garantir que todos os exames realizados atendam aos padrões internacionais de qualidade, respeitando os critérios de segurança.

d) Padrões de Qualidade: Os exames realizados deverão seguir as diretrizes do Ministério da Saúde, da ANVISA, e de outros órgãos de regulamentação competentes, além de seguir as normas e protocolos clínicos para usuários atendidos pela Atenção Primária em Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 17.556.659/0001-21

e) Prazo de Atendimento: A contratada deverá cumprir com os prazos acordados para a realização dos exames, assegurando a pronta resposta às necessidades da Atenção Primária em Saúde, com a mínima demora na devolutiva dos resultados dos exames.

f) As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais.

6.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (REGULARIDADE JURÍDICA):

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, incluindo a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou Certidão Simplificada da Junta Comercial (Instrumento de registro comercial), registrado no órgão competente, devidamente atualizado, ou seja, com data não superior a 90 dias, devendo comprovar em ambos os casos que o ramo de atividade da participante é compatível com o objeto da licitação;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) 5.2.1 Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Secretaria da Receita Federal;
- b) Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) através do site www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (ou Positiva com Efeitos de Negativa) ou documento equivalente do Estado sede da licitante na forma da lei;
- d) Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (ou Positiva com Efeitos de Negativa) ou documento equivalente do Município da licitante na forma da lei;
- e) Prova de Regularidade Fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; fornecida pela Caixa Econômica Federal - CEF, através do site www.caixa.gov.br;
- f) Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas - CNDT emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, através do site www.tst.jus.br.

6.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (Os documentos referidos neste item limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos);

6.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Licença de Funcionamento Sanitário ou Cadastro Sanitário, conforme Legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

- b) Apresentar no mínimo um atestado(s) de capacidade técnica ou contrato de prestação de serviços fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do representante da empresa ou em nome do representante legal, que comprove(m) sua aptidão para o desempenho das atividades
- b1) A Licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratada e local em que foram prestados os serviços;
- c) Indicação do Responsável Técnico da empresa, com o respectivo registro na entidade profissional competente - Conselho Regional de Biomedicina e/ou Conselho Regional de Bioquímica;
- c.1) Certificado de Regularidade da Pessoa Física do(s) profissional que prestará o serviço como Responsável Técnico.
- d) Registro da empresa na entidade profissional competente.
- e) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), compatível com o objeto da Licitação;
- f) Alvará de funcionamento;
- g) Apresentação de plano de contingência e declaração que possui capacidade técnica necessária para a prestação dos serviços a serem executados, relacionando os equipamentos em seu parque tecnológico e quantidade de profissionais com seus respectivos cargos.
- h) Apresentação de declaração de conhecimento dos serviços a serem executados e os seus locais de realização;

6.7. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

- a) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- b) Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021;
- c) Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;
- e) Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal;
- f) Certidão de comprovação de Idoneidade, que deverão ser apresentados juntamente:
- g) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form;
- h) como condição para habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- i) as documentações indicadas nas alíneas "a" e "b" poderão ser substituídas pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- j) DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES, EXEGÍVEIS NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006:
- k) Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

- l) Declaração de que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do Artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
- m) A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o edital implicará na inabilitação da proponente;
- n) As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão de Credenciamento.
- o) Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os CREDENCIADOS mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento, conforme o caso.

6.8. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES, EXEGÍVEIS NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006:

- a) Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- b) Declaração de que no ano-calendário de realização deste processo, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do Artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o edital implicará na inabilitação da proponente, caso não seja saneado na diligência.
- d) As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão de Licitação.
- e) Durante a vigência do CONTRATO é obrigatório que os CONTRATADOS mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionada às condições de habilitação, conforme o caso.

7. PRAZO, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

- a) O prazo de credenciamento terá validade de 12 meses;
- b) Responsabilidade de entregar os resultados (exames) nas Unidades básicas de Saúde, dentro de prazo estabelecido: Exame de rotina e exames especializados em até 5 dias, ficando o laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras em conformidade com as normas técnicas estabelecidas. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas. O Serviço deverá executar nas dependências do laboratório da empresa contratada conforme especificação descrita nos itens necessários, sendo a quantidade definida conforme a demanda dos procedimentos.

Do horário e obrigações específicas

* Horário de coleta nas unidades: 07:00 as 09:00 h.

* Horário de Rota para recebimentos das Coletas pelos laboratórios: 09:00 as 10:30 h.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 17.556.659/0001-21

execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Das obrigações da Contratada

I- EXAMES LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS:

a). Fica o laboratório responsável de coletar e recolher as amostras nas Unidades Básicas de Saúde de Santarém, de acordo com o agendamento e reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA);

b). Fica o laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras em conformidade com as normas técnicas estabelecidas;

c) Responsabilidade em realizar todos os exames listados na tabela SUS, conforme teto físico e financeiro estabelecido;

d) Responsabilidade de entregar os resultados (laudos) nas Unidades Básicas de Saúde, dentro do prazo estabelecido: Exames de rotina e exames especializados em até 5 dias;

e). Fica o laboratório responsável em armazenar e transportar as amostras coletadas das Unidades Básica de Saúde até o laboratório diariamente, em conformidade com as normas técnicas estabelecidas;

f). Fica o laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras e emissão de resultados (laudos);

g). Fica o laboratório responsável em realizar todos os exames listados na tabela SUS, conforme teto físico e financeiro estabelecido;

h) fica o laboratório responsável em enviar a produção mensal (Relatório com discriminação de teto físico e financeiro e apresentação das requisições dos exames processados) ao DASES, até o 5º dia útil do mês subsequente.

i). Fica o laboratório responsável a apresentação de Alvará de funcionamento e controle qualidade emitidos por serviço de referência;

j). Fica o laboratório responsável em contratar em caso de necessidade laboratoriais terceirizados para realização de exames não realizados em suas dependências, estipulados dentro da tabela SUS, assumindo este, as responsabilidades trabalhistas e contratuais.

II - EXAME DE BACILOSCOPIA DE ESCARRO

a). Devem processar a amostra de escarro no mesmo dia de recebimento, tendo ainda como prazo máximo para liberação do resultado em até 24 horas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

- b). Devem implantar o Sistema de Gerenciador de Ambiente laboratorial (GAL), visando a melhora na qualidade dos diagnósticos, agilidade na divulgação dos resultados para um diagnóstico precoce e início de tratamento em tempo hábil e ainda criação de um histórico de cada paciente e;
- c). Deve garantir os coletores de escarro nos postos de coleta do município; A prestação do serviço objeto da licitação será parcelado e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, de acordo com a requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA que indicará as especificações e demais informações necessárias; O local de prestação de serviços será regulado pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, sendo definido horário e local da coleta; Todo o insumo necessário para a coleta dos materiais biológicos será de responsabilidade da CONTRATADA, materiais esses de coleta, conforme padrão preconizado pelas boas práticas laboratoriais, incluindo treinamento de implantação e educação continuada. Os insumos para a realização dos exames deverão estar registrados no órgão competente, ANVISA. A cidade de Santarém, situa-se a 2º 24" 52" de latitude sul e 54º 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas; É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão Eletrônico Aceito a entrega, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento. Não aceito o bem entregue, será comunicado a empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender aquilo que efetivamente se pretendia adquirir.
- a) Os Serviços solicitados deverão está de acordo com a descrição solicitada;
- b) A Empresa deverá ter o comprometimento na observância da qualidade desses serviços bem como no prazo da entrega.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PAGAMENTO

10.1 O valor da contratação é de 19.753.614,13 (dezenove milhões setecentos e cinquenta e três mil seiscentos e quatorze reais e treze centavos), conforme planilha orçamentária.

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1 O prazo de início de execução do objeto será de imediato, contados do recebimento da Requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas;

11.2 A prestação do serviço será integral e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, de acordo com a requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA que indicará as especificações e demais informações necessárias;

11.3 A cidade de Santarém, situa-se a 2º 24" 52" de latitude sul e 54º 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na micro região de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas

11.4 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão Eletrônico;

11.5 Aceito a prestação do serviço, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

11.6 Não aceito o serviço, será comunicado à empresa, para que proceda o respectivo e imediato refazimento, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender aquilo que efetivamente se pretendia adquirir.

11.7 Durante o recebimento, o contratante poderá exigir a substituição de qualquer do (s) bem (s) ou serviço que não esteja de acordo com a(s) especificação(ões) contidas neste termo, sem qualquer ônus para a administração pública.

12 PRAZO DE ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 O Contratado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

contratação.

12.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato ou do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do contratado, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

12.3 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo Contratado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM.

13. QUANTIDADE

13.1 Para a definição dos quantitativos foi considerado o documento de formalização da demanda que explana na descrição e quantidades dos serviços necessários.

14. DO REAJUSTE

14.1 Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DE EXECUÇÃO

15.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2 O Órgão solicitante do presente processo de contratação deverá designar o (s) servidor (es) para exercer a função de fiscal de contrato, observando as seguintes diretrizes:

15.3 Expedição de portaria de designação específica ou outro instrumento equivalente para a nomeação/designação dos representantes, constando do ato as atribuições do fiscal, e compatibilidade da formação acadêmica do servidor com o contrato fiscalizado.

15.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

17 GARANTIA CONTRATUAL

17.1 Não se aplica.

18 DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

19 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

19.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de notória especialização exigidos na inexigibilidade de licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

20 AMOSTRA

20.1 Não se aplica.

21 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

21.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

21.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

21.4 Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____.

21.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.8 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22 SANÇÕES

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 17.556.659/0001-21

22.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;

2. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

22.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

22.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

22.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

22.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 17.556.659/0001-21

22.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

22.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

23 Declaração do Solicitante

23.1. Declaramos que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e legislação em vigor.

Santarém- PA, 25 de Julho de 2025.

Ivana Pimentel da Silva
Enf - 284/09
Coordenação NAPS/SEMSA
Decreto: 844/2025-GAP/PMS

IVANA PIMENTEL DA SILVA

Coordenadora do Núcleo de Atenção Primária
a Saúde

EVERALDO DE SOUZA MARTINS FILHO

Secretário Municipal de Saúde
DECRETO Nº 010/2025-GAP/PMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO __/2025 - SEMSA

INSTRUMENTO DE CONTRATO NOS TERMOS DA
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº N°
_____, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE SANTARÉM, ATRAVÉS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE _____ E _____,
COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

Instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, de um lado o Município de Santarém através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE _____**, pessoa jurídica de direito público, com sede na _____, inscrita no CNPJ (MF) Nº _____, neste ato representada por seu titular o Sr. _____, brasileiro, _____, titular do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado _____, com endereço na _____, Fone: _____, e-mail: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo _____, brasileiro, portador do RG nº _____ e CPF (MF) nº _____, residente e domiciliado em _____, doravante denominado **CONTRATADO**, na conformidade das Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Instrumento tem por objeto **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital;

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital de Credenciamento, identificado no preâmbulo à proposta credenciada, independentemente de transcrição;

1.3 Discriminação do objeto:

ITEM	SERVIÇO	APRES.	QTD	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
1	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	TESTE	40	R\$ 22,57	R\$ 902,80
2	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	TESTE	296	R\$ 27,42	R\$ 8.116,32
3	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	TESTE	1.500	R\$ 54,27	R\$ 81.405,00
4	DOSAGEM DE ACIDO URICO	TESTE	72.414	R\$ 14,11	R\$ 1.021.761,54
5	DOSAGEM DE ALDOLASE	TESTE	20	R\$ 28,53	R\$ 570,60
6	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	TESTE	38	R\$ 25,01	R\$ 950,38
7	DOSAGEM DE AMILASE	TESTE	480	R\$ 16,93	R\$ 8.126,40
8	DOSAGEM DE AMONIA	TESTE	180	R\$ 22,78	R\$ 4.100,40
9	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	TESTE	1.800	R\$ 18,35	R\$ 33.030,00
10	DOSAGEM DE CALCIO	TESTE	1.000	R\$ 15,93	R\$ 15.930,00
11	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	TESTE	480	R\$ 20,73	R\$ 9.950,40
12	DOSAGEM DE CLORETO	TESTE	120	R\$ 17,26	R\$ 2.071,20
13	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	TESTE	22.896	R\$ 19,57	R\$ 448.074,72
14	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	TESTE	26.496	R\$ 15,86	R\$ 420.226,56
15	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	TESTE	72.414	R\$ 16,04	R\$ 1.161.520,56
16	DOSAGEM DE CREATININA	TESTE	72.414	R\$ 15,71	R\$ 1.137.623,94
17	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	TESTE	420	R\$ 24,63	R\$ 10.344,60
18	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	TESTE	120	R\$ 30,93	R\$ 3.711,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

19	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	TESTE	710	R\$ 21,49	R\$ 15.257,90
20	DOSAGEM DE FERRITINA	TESTE	1.330	R\$ 30,54	R\$ 40.618,20
21	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	TESTE	1.328	R\$ 20,74	R\$ 27.542,72
22	DOSAGEM DE FOLATO	TESTE	165	R\$ 25,69	R\$ 4.238,85
23	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	TESTE	38	R\$ 23,25	R\$ 883,50
24	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	TESTE	2.167	R\$ 15,87	R\$ 34.390,29
25	DOSAGEM DE FOSFÓRIO	TESTE	180	R\$ 16,89	R\$ 3.040,20
26	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	TESTE	2.040	R\$ 19,24	R\$ 39.249,60
27	DOSAGEM DE GLICOSE	TESTE	12.000	R\$ 13,22	R\$ 158.640,00
28	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	TESTE	120	R\$ 36,78	R\$ 4.413,60
29	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	TESTE	25.397	R\$ 24,87	R\$ 631.623,39
30	DOSAGEM DE LIPASE	TESTE	235	R\$ 20,05	R\$ 4.711,75
31	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	TESTE	644	R\$ 16,19	R\$ 10.426,36
32	DOSAGEM DE MUÇO-PROTEÍNAS	TESTE	38	R\$ 23,88	R\$ 907,44
33	DOSAGEM DE POTÁSSIO	TESTE	72.414	R\$ 16,75	R\$ 1.212.934,50
34	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	TESTE	840	R\$ 15,91	R\$ 13.364,40
35	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRACÕES	TESTE	360	R\$ 20,57	R\$ 7.405,20
36	DOSAGEM DE SÓDIO	TESTE	8.624	R\$ 17,10	R\$ 147.470,40
37	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA(TGO)	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99
38	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRUVICA (TGP)	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99
39	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	TESTE	106	R\$ 22,29	R\$ 2.362,74
40	DOSAGEM DE TRIGLICÉRIDEOS	TESTE	72.414	R\$ 19,29	R\$ 1.396.866,06
41	DOSAGEM DE UREIA	TESTE	20.294	R\$ 16,27	R\$ 330.183,38
42	DOSAGEM DE VITAMINA B12	TESTE	1.990	R\$ 28,20	R\$ 56.118,00
43	ELETOFORESE DE LIPOPROTEÍNAS	TESTE	38	R\$ 38,04	R\$ 1.445,52
44	ELETOFORESE DE PROTEÍNAS	TESTE	275	R\$ 23,75	R\$ 6.531,25
45	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE	TESTE	15	R\$ 72,75	R\$ 1.091,25
46	TESTE DE TOLERÂNCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE	TESTE	30	R\$ 61,01	R\$ 1.830,30
47	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	TESTE	6.000	R\$ 35,37	R\$ 212.220,00
48	CONTAGEM DE PLAQUETAS	TESTE	6.000	R\$ 16,13	R\$ 96.780,00
49	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	TESTE	102	R\$ 18,26	R\$ 1.862,52
50	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	TESTE	2.400	R\$ 17,71	R\$ 42.504,00
51	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO –DUKE	TESTE	2.400	R\$ 16,61	R\$ 39.864,00
52	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	TESTE	362	R\$ 20,62	R\$ 7.464,44
53	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	TESTE	240	R\$ 22,46	R\$ 5.390,40
54	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	TESTE	1.475	R\$ 23,45	R\$ 34.588,75
55	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	TESTE	2.400	R\$ 22,94	R\$ 55.056,00
56	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSÉDIMENTAÇÃO (VHS)	TESTE	3.840	R\$ 14,49	R\$ 55.641,60
57	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	TESTE	38	R\$ 38,39	R\$ 1.458,82



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

58	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	TESTE	180	R\$ 16,41	R\$ 2.953,80
59	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	TESTE	2.000	R\$ 31,77	R\$ 63.540,00
60	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	TESTE	2.400	R\$ 17,48	R\$ 41.952,00
61	HEMATOCRITO	TESTE	120	R\$ 16,02	R\$ 1.922,40
62	HEMOGRAMA COMPLETO	TESTE	12.000	R\$ 20,92	R\$ 251.040,00
63	LEUCOGRAMA	TESTE	2.400	R\$ 15,80	R\$ 37.920,00
64	PESQUISA DE CELULAS LE	TESTE	40	R\$ 37,35	R\$ 1.494,00
65	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	TESTE	1.200	R\$ 18,01	R\$ 21.612,00
66	PROVA DO LACO	TESTE	1.800	R\$ 15,99	R\$ 28.782,00
67	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	TESTE	100	R\$ 27,56	R\$ 2.756,00
68	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	TESTE	100	R\$ 26,15	R\$ 2.615,00
69	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	TESTE	180	R\$ 20,28	R\$ 3.650,40
70	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	420	R\$ 26,86	R\$ 11.281,20
71	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	TESTE	63	R\$ 33,64	R\$ 2.119,32
72	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	TESTE	5.817	R\$ 35,29	R\$ 205.281,93
73	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	TESTE	82	R\$ 23,36	R\$ 1.915,52
74	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	TESTE	96	R\$ 25,03	R\$ 2.402,88
75	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	TESTE	160	R\$ 24,72	R\$ 3.955,20
76	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	6.236	R\$ 19,11	R\$ 119.169,96
77	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	TESTE	65	R\$ 102,33	R\$ 6.651,45
78	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	TESTE	45	R\$ 36,75	R\$ 1.653,75
79	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	TESTE	45	R\$ 34,50	R\$ 1.552,50
80	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	TESTE	45	R\$ 23,75	R\$ 1.068,75
81	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	TESTE	12.000	R\$ 34,67	R\$ 416.040,00
82	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	TESTE	6.000	R\$ 38,67	R\$ 232.020,00
83	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	TESTE	10	R\$ 29,56	R\$ 295,60
84	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	TESTE	40	R\$ 27,29	R\$ 1.091,60
85	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	TESTE	40	R\$ 29,02	R\$ 1.160,80
86	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	TESTE	40	R\$ 27,77	R\$ 1.110,80
87	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	TESTE	38	R\$ 27,85	R\$ 1.058,30
88	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	TESTE	2.400	R\$ 26,79	R\$ 64.296,00
89	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	TESTE	12	R\$ 48,06	R\$ 576,72
90	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	TESTE	385	R\$ 31,01	R\$ 11.938,85
91	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	TESTE	1.576	R\$ 38,08	R\$ 60.014,08
92	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 31,55	R\$ 1.262,00
93	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	TESTE	2.640	R\$ 26,16	R\$ 69.062,40
94	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	TESTE	2.400	R\$ 28,84	R\$ 69.216,00
95	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	TESTE	6.000	R\$ 34,57	R\$ 207.420,00
96	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 26,85	R\$ 161.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

97	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 30,31	R\$ 181.860,00
98	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	112	R\$ 27,59	R\$ 3.090,08
99	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG)	TESTE	2.400	R\$ 141,32	R\$ 339.168,00
100	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	660	R\$ 211,27	R\$ 139.438,20
101	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.100	R\$ 29,62	R\$ 32.582,00
102	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	6.000	R\$ 30,72	R\$ 184.320,00
103	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 54,93	R\$ 1.373,25
104	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	TESTE	140	R\$ 36,21	R\$ 5.069,40
105	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,72	R\$ 6.892,80
106	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 32,78	R\$ 196.680,00
107	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 33,41	R\$ 200.460,00
108	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	108	R\$ 32,46	R\$ 3.505,68
109	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	TESTE	2.400	R\$ 30,99	R\$ 74.376,00
110	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	38	R\$ 349,97	R\$ 13.298,86
111	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.080	R\$ 29,04	R\$ 31.363,20
112	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	5.400	R\$ 31,18	R\$ 168.372,00
113	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	TESTE	120	R\$ 34,37	R\$ 4.124,40
114	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,88	R\$ 6.931,20
115	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	TESTE	55	R\$ 39,12	R\$ 2.151,60
116	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	TESTE	6.000	R\$ 28,55	R\$ 171.300,00
117	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	TESTE	2.400	R\$ 27,20	R\$ 65.280,00
118	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	TESTE	50	R\$ 20,98	R\$ 1.049,00
119	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-	TESTE	240	R\$ 33,39	R\$ 8.013,60
120	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	TESTE	6.000	R\$ 19,82	R\$ 118.920,00
121	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 23,28	R\$ 34.920,00
122	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 25,79	R\$ 38.685,00
123	VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTE	TESTE	6.000	R\$ 25,48	R\$ 152.880,00
124	DOSAGEM DE TROPONINA	TESTE	38	R\$ 32,52	R\$ 1.235,76
125	PESQUISA DE GORDURA FECAL	TESTE	38	R\$ 27,32	R\$ 1.038,16
126	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	TESTE	62	R\$ 58,87	R\$ 3.649,94
127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	TESTE	22.800	R\$ 16,20	R\$ 369.360,00
128	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 33,20	R\$ 1.261,60
129	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	TESTE	2.466	R\$ 31,79	R\$ 78.394,14
130	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 18,47	R\$ 701,86
131	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	TESTE	90.414	R\$ 16,36	R\$ 1.479.173,04



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

132	CLEARANCE DE CREATININA	TESTE	6.477	R\$ 22,67	R\$ 146.833,59
133	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	TESTE	6.477	R\$ 28,72	R\$ 186.019,44
134	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	TESTE	1.000	R\$ 20,34	R\$ 20.340,00
135	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE (T4L)	TESTE	2.500	R\$ 30,22	R\$ 75.550,00
136	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	TESTE	360	R\$ 57,15	R\$ 20.574,00
137	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	TESTE	38	R\$ 38,53	R\$ 1.464,14
138	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	TESTE	38	R\$ 37,21	R\$ 1.413,98
139	DOSAGEM DE CORTISOL	TESTE	720	R\$ 28,85	R\$ 20.772,00
140	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	TESTE	180	R\$ 33,10	R\$ 5.958,00
141	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	TESTE	65	R\$ 43,09	R\$ 2.800,85
142	DOSAGEM DE ESTRADIOL	TESTE	775	R\$ 30,43	R\$ 23.583,25
143	DOSAGEM DE ESTRIOL	TESTE	233	R\$ 44,33	R\$ 10.328,89
144	DOSAGEM DE ESTRONA	TESTE	296	R\$ 60,38	R\$ 17.872,48
145	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	TESTE	3.360	R\$ 26,72	R\$ 89.779,20
146	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	TESTE	38	R\$ 38,79	R\$ 1.474,02
147	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	TESTE	1.291	R\$ 25,91	R\$ 33.449,81
148	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	TESTE	1.009	R\$ 24,35	R\$ 24.569,15
149	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	TESTE	13.721	R\$ 26,00	R\$ 356.746,00
150	DOSAGEM DE INSULINA	TESTE	720	R\$ 24,32	R\$ 17.510,40
151	DOSAGEM DE PARATORMONIO	TESTE	160	R\$ 45,69	R\$ 7.310,40
152	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	TESTE	98	R\$ 33,30	R\$ 3.263,40
153	DOSAGEM DE PROGESTERONA	TESTE	720	R\$ 29,90	R\$ 21.528,00
154	DOSAGEM DE PROLACTINA	TESTE	600	R\$ 28,70	R\$ 17.220,00
155	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	TESTE	98	R\$ 67,37	R\$ 6.602,26
156	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	TESTE	480	R\$ 30,66	R\$ 14.716,80
157	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	TESTE	120	R\$ 35,23	R\$ 4.227,60
158	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 34,76	R\$ 1.390,40
159	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	TESTE	2.239	R\$ 25,23	R\$ 56.489,97
160	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	TESTE	6.627	R\$ 26,56	R\$ 176.013,12
161	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	TESTE	1.800	R\$ 24,39	R\$ 43.902,00
162	DOSAGEM DE ALUMINIO	TESTE	145	R\$ 43,90	R\$ 6.365,50
163	DOSAGEM DE CHUMBO	TESTE	180	R\$ 31,35	R\$ 5.643,00
164	DOSAGEM DE LITIO	TESTE	195	R\$ 25,37	R\$ 4.947,15
165	DOSAGEM DE ZINCO	TESTE	73	R\$ 34,84	R\$ 2.543,32
166	ANTIBIOGRAMA	TESTE	12.000	R\$ 35,16	R\$ 421.920,00
167	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	TESTE	1.200	R\$ 114,30	R\$ 137.160,00
168	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	TESTE	240	R\$ 20,00	R\$ 4.800,00
169	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	TESTE	60	R\$ 54,16	R\$ 3.249,60
170	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	TESTE	720	R\$ 20,00	R\$ 14.400,00
171	BACTEROSCOPIA (GRAM)	TESTE	1.200	R\$ 22,40	R\$ 26.880,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

172	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	TESTE	12.000	R\$ 57,78	R\$ 693.360,00
173	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	TESTE	2.400	R\$ 65,53	R\$ 157.272,00
174	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	TESTE	240	R\$ 60,75	R\$ 14.580,00
175	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	TESTE	720	R\$ 29,32	R\$ 21.110,40
176	HEMOCULTURA	TESTE	40	R\$ 74,55	R\$ 2.982,00
177	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	TESTE	3.000	R\$ 25,61	R\$ 76.830,00
178	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	TESTE	6.000	R\$ 26,39	R\$ 158.340,00
179	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	TESTE	6.000	R\$ 17,25	R\$ 103.500,00
180	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	TESTE	6.000	R\$ 28,11	R\$ 168.660,00
181	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMOIDIOS	TESTE	40	R\$ 123,85	R\$ 4.954,00
182	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 55,20	R\$ 1.380,00
183	DOSAGEM DE ANTIGENO CA 125	TESTE	80	R\$ 34,68	R\$ 2.774,40
184	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	TESTE	10	R\$ 14,41	R\$ 144,10
185	DOSAGEM DE CALCITONINA	TESTE	10	R\$ 36,08	R\$ 360,80
186	DOSAGEM DE MERCURIO	TESTE	30	R\$ 31,51	R\$ 945,30
187	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOIAL E DERRAMES	TESTE	30	R\$ 36,57	R\$ 1.097,10
188	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUIÇÃO	TESTE	700	R\$ 68,40	R\$ 47.880,00
189	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	TESTE	300	R\$ 62,66	R\$ 18.798,00
190	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APÓS TRH	TESTE	50	R\$ 140,16	R\$ 7.008,00
191	TESTE DE AVIDEZ	TESTE	2.000	R\$ 113,95	R\$ 227.900,00
192	DOSAGEM DE LACTATO	TESTE	2.000	R\$ 25,05	R\$ 50.100,00
193	TESTE DE CLORETO NO SUOR	TESTE	24	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
					R\$ 19.753.614,13

1.3.1. A despesa total estimada da contratação é de R\$ 19.753.614,13 (dezenove milhões e setecentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quatorze reais e treze centavos);

1.4 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1 O Termo de Referência;

1.4.2 A Documentação de Habilitação e Proposta de Preços do contratado;

1.4.3 Autorização de Contratação;

1.4.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência e execução do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo no termo do art. 107 da Lei de Licitações e Contratos 14.133/21;

2.2. O prazo do Credenciamento terá validade de 12 meses;

2.3. Responsabilidade de entregar os resultados (exames) nas Unidades básicas de Saúde, dentro de prazo estabelecido: Exame de rotina e exames especializados em até 5 dias, ficando o laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras em conformidade com as normas técnicas estabelecidas. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas. O Serviço deverá executar nas dependências do laboratório da empresa contratada conforme especificação descrita nos itens necessários, sendo a quantidade definida conforme a demanda dos procedimentos.

2.4. Do horário e obrigações específicas:

* Horário de coleta nas unidades: 07:00 as 09:00 h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

* Horário de Rota para recebimentos das Coletas pelos laboratórios: 09:00 as 10:30 h.

2.5. O prazo de início da execução do objeto da licitação será imediato, contados a partir da ordem de serviço emitida pelo setor competente da Secretaria Municipal de Saúde;

2.6. Os serviços deverão ser prestados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;

2.7. O Contratado terá o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação;

2.8. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato ou do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do contratado, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no mesmo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

2.9. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo Contratado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTARÉM.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Condições de execução

3.1. O prazo de início de execução do objeto será de imediato, contados do recebimento da Requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas;

3.2. A prestação do serviço será rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, de acordo com a requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA que indicará as especificações e demais informações necessárias;

3.3. A cidade de Santarém, situa-se a 2º 24" 52" de latitude sul e 54º 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas;

3.4. Aceito prestação do serviço, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;

3.5. Não aceito o serviço, será comunicado à empresa, para que proceda o respectivo e imediato refazimento, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia adquirir;

3.6. Durante o recebimento, o contratante poderá exigir a substituição de qualquer do (s) bem (s) ou serviço que não esteja de acordo com a(s) especificação(ões) contidas neste termo, sem qualquer ônus para a administração pública.

Modelo de Gestão de Contrato

3.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

3.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

3.10. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

3.11. O Órgão solicitante do presente processo de contratação deverá designar o (s) servidor (es) para exercer a função de fiscal de contrato, observando as seguintes diretrizes:

3.11.1. Expedição de portaria de designação específica ou outro instrumento equivalente para a nomeação/designação dos representantes, constando do ato as atribuições do fiscal, e compatibilidade da formação acadêmica do servidor com o contrato fiscalizado.

3.11.2. **GESTOR:..... FISCAL:..... SUPLENTE:.....**

3.11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120, da Lei nº 14.133, de 2021;

3.12. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

13.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

13.4. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

13.5. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

13.6. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

13.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

13.8. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

13.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

13.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

13.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

13.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

13.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

13.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

13.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

13.16. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

13.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, salvo, previa solicitação;

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total do contrato será de R\$ *****

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20(vinte) dias úteis;

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

Liquidação

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.13. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

6.14. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

Prazo de Pagamento

6.18. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até 30 (TRINTA) DIAS após a emissão da Nota Fiscal, mediante atesto dos materiais e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, através de crédito na conta bancária do fornecedor, acompanhado da seguinte documentação;

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária;

Forma de Pagamento

6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

6.20.1. DADOS BANCÁRIOS:.....

6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

Cessão de Crédito

6.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico;

6.25. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;

6.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

6.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

6.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;

6.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada e aprovação da contratante, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer profissional da equipe que esteja prestando serviços;

9.2. Nos casos de desligamento ou recolhimento de colaborador, a CONTRATADA se compromete no prazo de 10 (dez) dias a repor o quadro com efetivo, porém sua cobertura neste período será realizada pela reserva técnica da CONTRATADA;

9.3. Caberá à CONTRATADA manter quadro de pessoal suficiente e qualificado para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão nenhuma relação com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE;

9.4. Durante a execução do contrato a CONTRATADA obriga-se a adotar todas as preocupações e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários, seus prepostos e a terceiros, pelos quais será integralmente responsável;

9.5. Zelar pelas boas práticas sanitárias e demais normas instituídas por órgãos regulatórios;

9.6. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) deverá obrigatoriamente ser recolhido no Município de Santarém, local da prestação dos serviços objeto deste contrato;

9.7. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

9.8. Comprovar ao CONTRATANTE o cumprimento de todas as obrigações descritas no termo de referência, através de cópias das guias de recolhimento que serão entregues junto com a nota fiscal;

9.9. Caso a CONTRATADA julgue necessário fazer alterações ou complementações nas rotinas de execução de serviços, deverá submeter o assunto ao CONTRATANTE;

9.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados;

9.11. Atender a qualquer solicitação de fiscalização interna e/ou externa, tais como: Fiscais do Trabalho, Fisco Municipal, Estadual e Federal; TCE, TCU e demais órgãos de fiscalização e apresentar, sempre que solicitado, a documentação relativa à regularidade fiscal da Empresa, correspondente as Certidões de Regularidade Fiscal Municipal, Estadual, Federal, Trabalhista, FGTS e demais documentos de habilitação e qualificação exigidas na Lei e no curso do procedimento de contratação;

9.12. Executar os serviços através de funcionários devidamente qualificados;

9.13. Prestar os serviços constantes do objeto do presente termo de referência, sempre em observância das disposições da legislação vigente;

9.14. A CONTRATADA será obrigada a manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo de Referência, sem prejuízo das demais obrigações previstas;

9.15. Propiciar ao CONTRATANTE todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços;

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de catorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. A CONTRATADA deverá manter preposto aprovado pela CONTRANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

9.18. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às notas fiscais, bem como dos serviços prestados;

9.19. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a efetivação do contrato de trabalho, recolhimento de impostos e demais responsabilidades trabalhistas;

9.20. A Contratada que porventura não estiver estabelecida no Município de Santarém é obrigada a abrir filial em até 90 (noventa) dias da assinatura do Contrato;

9.21. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas obrigações é atender prontamente;

9.22. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos, ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

9.23. EXAMES LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS:

9.23.1. O laboratório responsável de coletar e recolher as amostras nas Unidades Básicas de Saúde de Santarém, de acordo com o agendamento e reguladas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA);

9.23.2. O laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras em conformidade com as normas técnicas estabelecidas;

9.23.3. Responsabilidade em realizar todos os exames listados na tabela SUS, conforme teto físico e financeiro estabelecido;

9.23.4. Responsabilidade de entregar os resultados (laudos) nas Unidades Básicas de Saúde, dentro do prazo estabelecido: Exames de rotina e exames especializados em até 5 dias;

9.23.5. O laboratório responsável em armazenar e transportar as amostras coletadas das Unidades Básica de Saúde até o laboratório diariamente, em conformidade com as normas técnicas estabelecidas;

9.23.6. O laboratório responsável pelo fornecimento e manutenção de insumos necessários para a coleta, identificação, registro, armazenamento e transporte das amostras e emissão de resultados (laudos);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.23.7. O laboratório responsável em realizar todos os exames listados na tabela SUS, conforme teto físico e financeiro estabelecido;

9.23.8. O laboratório responsável em enviar a produção mensal (Relatório com discriminação de teto físico e financeiro e apresentação das requisições dos exames processados) ao DASES, até o 5º dia útil do mês subsequente;

9.23.9. O laboratório responsável a apresentação de Alvará de funcionamento e controle qualidade emitidos por serviço de referência;

9.23.10. O laboratório responsável em contratar em caso de necessidade laboratoriais terceirizados para realização de exames não realizados em suas dependências, estipulados dentro da tabela SUS, assumindo este, as responsabilidades trabalhistas e contratuais;

9.24. EXAME DE BACILOSCOPIA DE ESCARRO

9.24.1. Devem processar a amostra de escarro no mesmo dia de recebimento, tendo ainda como prazo máximo para liberação do resultado em até 24 horas;

9.24.2. Devem implantar o Sistema de Gerenciador de Ambiente laboratorial (GAL), visando a melhora na qualidade dos diagnósticos, agilidade na divulgação dos resultados para um diagnóstico precoce e início de tratamento em tempo hábil e ainda criação de um histórico de cada paciente e;

9.24.3. Deve garantir os coletores de escarro nos postos de coleta do município; A prestação do serviço objeto da licitação será parcelado e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, de acordo com a requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMSA que indicará as especificações e demais informações necessárias;

9.24.4. O local de prestação de serviços será regulado pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, sendo definido horário e local da coleta; Todo o insumo necessário para a coleta dos materiais biológicos será de responsabilidade da CONTRATADA, materiais esses de coleta, conforme padrão preconizado pelas boas práticas laboratoriais, incluindo treinamento de implantação e educação continuada;

9.24.5. Os insumos para a realização dos exames deverão estar registrados no órgão competente, ANVISA. A cidade de Santarém, situa-se a 2º 24" 52" de latitude sul e 54º 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas; É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Pregão Eletrônico Aceito a entrega, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento;

9.24.6. Não aceito o bem entregue, será comunicado a empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender aquilo que efetivamente se pretendia adquirir;

9.24.7. Os Serviços solicitados deverão está de acordo com a descrição solicitada;

9.24.8. A Empresa deverá ter o comprometimento na observância da qualidade desses serviços bem como no prazo da entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;

2. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.301.0005.2096 – MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EM ATENÇÃO BÁSICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FICHA: 780 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00

FONTE: 1.500 (TESOURO)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.301.0005.2096 – MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EM ATENÇÃO BÁSICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FICHA: 781 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00

FONTE: 1.621 (ESTADUAL)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10.301.0005.2096 – MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EM ATENÇÃO BÁSICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FICHA: 782 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00

FONTE: 1.600 (FEDERAL)

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no sítio oficial da Prefeitura de Santarém: www.santarem.pa.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça do Estado do Pará, Comarca de Santarém para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santarém, ____ de ____ de 2025.

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III
MODELO DE REQUERIMENTO DE ADEÇÃO AO CREDENCIAMENTO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA

Ref.: CREDENCIAMENTO Nº _____

Prezados Senhores,
Apresentamos a V.S^a, nossa proposta e habilitação na prestação de serviços
-----, pelo preço global de R\$ _____ (_____), nos termos do Edital e
seus Anexos.

ITEM	SERVIÇO	APRES.	QTD	MÉDIA UNITÁRIA	VALOR TOTAL
1	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	TESTE	40	R\$ 22,57	R\$ 902,80
2	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	TESTE	296	R\$ 27,42	R\$ 8.116,32
3	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	TESTE	1.500	R\$ 54,27	R\$ 81.405,00
4	DOSAGEM DE ACIDO URICO	TESTE	72.414	R\$ 14,11	R\$ 1.021.761,54
5	DOSAGEM DE ALDOLASE	TESTE	20	R\$ 28,53	R\$ 570,60
6	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	TESTE	38	R\$ 25,01	R\$ 950,38
7	DOSAGEM DE AMILASE	TESTE	480	R\$ 16,93	R\$ 8.126,40
8	DOSAGEM DE AMONIA	TESTE	180	R\$ 22,78	R\$ 4.100,40
9	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	TESTE	1.800	R\$ 18,35	R\$ 33.030,00
10	DOSAGEM DE CALCIO	TESTE	1.000	R\$ 15,93	R\$ 15.930,00
11	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	TESTE	480	R\$ 20,73	R\$ 9.950,40
12	DOSAGEM DE CLORETO	TESTE	120	R\$ 17,26	R\$ 2.071,20
13	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	TESTE	22.896	R\$ 19,57	R\$ 448.074,72
14	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	TESTE	26.496	R\$ 15,86	R\$ 420.226,56
15	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	TESTE	72.414	R\$ 16,04	R\$ 1.161.520,56
16	DOSAGEM DE CREATININA	TESTE	72.414	R\$ 15,71	R\$ 1.137.623,94
17	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	TESTE	420	R\$ 24,63	R\$ 10.344,60
18	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	TESTE	120	R\$ 30,93	R\$ 3.711,60
19	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	TESTE	710	R\$ 21,49	R\$ 15.257,90
20	DOSAGEM DE FERRITINA	TESTE	1.330	R\$ 30,54	R\$ 40.618,20
21	DOSAGEM DE FERRO SERICO	TESTE	1.328	R\$ 20,74	R\$ 27.542,72
22	DOSAGEM DE FOLATO	TESTE	165	R\$ 25,69	R\$ 4.238,85
23	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	TESTE	38	R\$ 23,25	R\$ 883,50
24	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	TESTE	2.167	R\$ 15,87	R\$ 34.390,29
25	DOSAGEM DE FOSFORO	TESTE	180	R\$ 16,89	R\$ 3.040,20
26	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	TESTE	2.040	R\$ 19,24	R\$ 39.249,60
27	DOSAGEM DE GLICOSE	TESTE	12.000	R\$ 13,22	R\$ 158.640,00
28	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	TESTE	120	R\$ 36,78	R\$ 4.413,60
29	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	TESTE	25.397	R\$ 24,87	R\$ 631.623,39
30	DOSAGEM DE LIPASE	TESTE	235	R\$ 20,05	R\$ 4.711,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

31	DOSAGEM DE MAGNESIO	TESTE	644	R\$ 16,19	R\$ 10.426,36
32	DOSAGEM DE MUÇO-PROTEINAS	TESTE	38	R\$ 23,88	R\$ 907,44
33	DOSAGEM DE POTASSIO	TESTE	72.414	R\$ 16,75	R\$ 1.212.934,50
34	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	TESTE	840	R\$ 15,91	R\$ 13.364,40
35	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	TESTE	360	R\$ 20,57	R\$ 7.405,20
36	DOSAGEM DE SODIO	TESTE	8.624	R\$ 17,10	R\$ 147.470,40
37	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA(TGO)	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99
38	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	TESTE	18.997	R\$ 16,67	R\$ 316.679,99
39	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	TESTE	106	R\$ 22,29	R\$ 2.362,74
40	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	TESTE	72.414	R\$ 19,29	R\$ 1.396.866,06
41	DOSAGEM DE UREA	TESTE	20.294	R\$ 16,27	R\$ 330.183,38
42	DOSAGEM DE VITAMINA B12	TESTE	1.990	R\$ 28,20	R\$ 56.118,00
43	ELETOFORESE DE LIPOPROTEINAS	TESTE	38	R\$ 38,04	R\$ 1.445,52
44	ELETOFORESE DE PROTEINAS	TESTE	275	R\$ 23,75	R\$ 6.531,25
45	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE	TESTE	15	R\$ 72,75	R\$ 1.091,25
46	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTES	TESTE	30	R\$ 61,01	R\$ 1.830,30
47	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	TESTE	6.000	R\$ 35,37	R\$ 212.220,00
48	CONTAGEM DE PLAQUETAS	TESTE	6.000	R\$ 16,13	R\$ 96.780,00
49	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	TESTE	102	R\$ 18,26	R\$ 1.862,52
50	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	TESTE	2.400	R\$ 17,71	R\$ 42.504,00
51	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO –DUKE	TESTE	2.400	R\$ 16,61	R\$ 39.864,00
52	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	TESTE	362	R\$ 20,62	R\$ 7.464,44
53	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	TESTE	240	R\$ 22,46	R\$ 5.390,40
54	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	TESTE	1.475	R\$ 23,45	R\$ 34.588,75
55	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	TESTE	2.400	R\$ 22,94	R\$ 55.056,00
56	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	TESTE	3.840	R\$ 14,49	R\$ 55.641,60
57	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	TESTE	38	R\$ 38,39	R\$ 1.458,82
58	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	TESTE	180	R\$ 16,41	R\$ 2.953,80
59	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	TESTE	2.000	R\$ 31,77	R\$ 63.540,00
60	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	TESTE	2.400	R\$ 17,48	R\$ 41.952,00
61	HEMATOCRITO	TESTE	120	R\$ 16,02	R\$ 1.922,40
62	HEMOGRAMA COMPLETO	TESTE	12.000	R\$ 20,92	R\$ 251.040,00
63	LEUCOGRAMA	TESTE	2.400	R\$ 15,80	R\$ 37.920,00
64	PESQUISA DE CELULAS LE	TESTE	40	R\$ 37,35	R\$ 1.494,00
65	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	TESTE	1.200	R\$ 18,01	R\$ 21.612,00
66	PROVA DO LACO	TESTE	1.800	R\$ 15,99	R\$ 28.782,00
67	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	TESTE	100	R\$ 27,56	R\$ 2.756,00
68	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	TESTE	100	R\$ 26,15	R\$ 2.615,00
69	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	TESTE	180	R\$ 20,28	R\$ 3.650,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

70	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	420	R\$ 26,86	R\$ 11.281,20
71	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	TESTE	63	R\$ 33,64	R\$ 2.119,32
72	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	TESTE	5.817	R\$ 35,29	R\$ 205.281,93
73	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	TESTE	82	R\$ 23,36	R\$ 1.915,52
74	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	TESTE	96	R\$ 25,03	R\$ 2.402,88
75	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	TESTE	160	R\$ 24,72	R\$ 3.955,20
76	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	TESTE	6.236	R\$ 19,11	R\$ 119.169,96
77	IMUNOELETROFORESE DE PROTEINAS	TESTE	65	R\$ 102,33	R\$ 6.651,45
78	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	TESTE	45	R\$ 36,75	R\$ 1.653,75
79	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	TESTE	45	R\$ 34,50	R\$ 1.552,50
80	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	TESTE	45	R\$ 23,75	R\$ 1.068,75
81	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	TESTE	12.000	R\$ 34,67	R\$ 416.040,00
82	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	TESTE	6.000	R\$ 38,67	R\$ 232.020,00
83	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	TESTE	10	R\$ 29,56	R\$ 295,60
84	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	TESTE	40	R\$ 27,29	R\$ 1.091,60
85	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	TESTE	40	R\$ 29,02	R\$ 1.160,80
86	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	TESTE	40	R\$ 27,77	R\$ 1.110,80
87	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	TESTE	38	R\$ 27,85	R\$ 1.058,30
88	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	TESTE	2.400	R\$ 26,79	R\$ 64.296,00
89	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	TESTE	12	R\$ 48,06	R\$ 576,72
90	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	TESTE	385	R\$ 31,01	R\$ 11.938,85
91	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	TESTE	1.576	R\$ 38,08	R\$ 60.014,08
92	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 31,55	R\$ 1.262,00
93	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	TESTE	2.640	R\$ 26,16	R\$ 69.062,40
94	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	TESTE	2.400	R\$ 28,84	R\$ 69.216,00
95	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	TESTE	6.000	R\$ 34,57	R\$ 207.420,00
96	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 26,85	R\$ 161.100,00
97	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 30,31	R\$ 181.860,00
98	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	112	R\$ 27,59	R\$ 3.090,08
99	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGG)	TESTE	2.400	R\$ 141,32	R\$ 339.168,00
100	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	660	R\$ 211,27	R\$ 139.438,20
101	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.100	R\$ 29,62	R\$ 32.582,00
102	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	6.000	R\$ 30,72	R\$ 184.320,00
103	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 54,93	R\$ 1.373,25
104	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	TESTE	140	R\$ 36,21	R\$ 5.069,40
105	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,72	R\$ 6.892,80
106	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	TESTE	6.000	R\$ 32,78	R\$ 196.680,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

107	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	TESTE	6.000	R\$ 33,41	R\$ 200.460,00
108	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	TESTE	108	R\$ 32,46	R\$ 3.505,68
109	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	TESTE	2.400	R\$ 30,99	R\$ 74.376,00
110	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE AMARELA)	TESTE	38	R\$ 349,97	R\$ 13.298,86
111	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	TESTE	1.080	R\$ 29,04	R\$ 31.363,20
112	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	TESTE	5.400	R\$ 31,18	R\$ 168.372,00
113	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	TESTE	120	R\$ 34,37	R\$ 4.124,40
114	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	TESTE	240	R\$ 28,88	R\$ 6.931,20
115	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	TESTE	55	R\$ 39,12	R\$ 2.151,60
116	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	TESTE	6.000	R\$ 28,55	R\$ 171.300,00
117	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	TESTE	2.400	R\$ 27,20	R\$ 65.280,00
118	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	TESTE	50	R\$ 20,98	R\$ 1.049,00
119	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-	TESTE	240	R\$ 33,39	R\$ 8.013,60
120	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	TESTE	6.000	R\$ 19,82	R\$ 118.920,00
121	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 23,28	R\$ 34.920,00
122	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	TESTE	1.500	R\$ 25,79	R\$ 38.685,00
123	VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	TESTE	6.000	R\$ 25,48	R\$ 152.880,00
124	DOSAGEM DE TROPONINA	TESTE	38	R\$ 32,52	R\$ 1.235,76
125	PESQUISA DE GORDURA FECAL	TESTE	38	R\$ 27,32	R\$ 1.038,16
126	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	TESTE	62	R\$ 58,87	R\$ 3.649,94
127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	TESTE	22.800	R\$ 16,20	R\$ 369.360,00
128	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 33,20	R\$ 1.261,60
129	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	TESTE	2.466	R\$ 31,79	R\$ 78.394,14
130	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	TESTE	38	R\$ 18,47	R\$ 701,86
131	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	TESTE	90.414	R\$ 16,36	R\$ 1.479.173,04
132	CLEARANCE DE CREATININA	TESTE	6.477	R\$ 22,67	R\$ 146.833,59
133	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	TESTE	6.477	R\$ 28,72	R\$ 186.019,44
134	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	TESTE	1.000	R\$ 20,34	R\$ 20.340,00
135	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE (T4L)	TESTE	2.500	R\$ 30,22	R\$ 75.550,00
136	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	TESTE	360	R\$ 57,15	R\$ 20.574,00
137	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	TESTE	38	R\$ 38,53	R\$ 1.464,14
138	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	TESTE	38	R\$ 37,21	R\$ 1.413,98
139	DOSAGEM DE CORTISOL	TESTE	720	R\$ 28,85	R\$ 20.772,00
140	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	TESTE	180	R\$ 33,10	R\$ 5.958,00
141	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	TESTE	65	R\$ 43,09	R\$ 2.800,85
142	DOSAGEM DE ESTRADIOL	TESTE	775	R\$ 30,43	R\$ 23.583,25
143	DOSAGEM DE ESTRIOL	TESTE	233	R\$ 44,33	R\$ 10.328,89



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

144	DOSAGEM DE ESTRONA	TESTE	296	R\$ 60,38	R\$ 17.872,48
145	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	TESTE	3.360	R\$ 26,72	R\$ 89.779,20
146	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	TESTE	38	R\$ 38,79	R\$ 1.474,02
147	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	TESTE	1.291	R\$ 25,91	R\$ 33.449,81
148	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	TESTE	1.009	R\$ 24,35	R\$ 24.569,15
149	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	TESTE	13.721	R\$ 26,00	R\$ 356.746,00
150	DOSAGEM DE INSULINA	TESTE	720	R\$ 24,32	R\$ 17.510,40
151	DOSAGEM DE PARATORMONIO	TESTE	160	R\$ 45,69	R\$ 7.310,40
152	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	TESTE	98	R\$ 33,30	R\$ 3.263,40
153	DOSAGEM DE PROGESTERONA	TESTE	720	R\$ 29,90	R\$ 21.528,00
154	DOSAGEM DE PROLACTINA	TESTE	600	R\$ 28,70	R\$ 17.220,00
155	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	TESTE	98	R\$ 67,37	R\$ 6.602,26
156	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	TESTE	480	R\$ 30,66	R\$ 14.716,80
157	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	TESTE	120	R\$ 35,23	R\$ 4.227,60
158	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	TESTE	40	R\$ 34,76	R\$ 1.390,40
159	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	TESTE	2.239	R\$ 25,23	R\$ 56.489,97
160	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	TESTE	6.627	R\$ 26,56	R\$ 176.013,12
161	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	TESTE	1.800	R\$ 24,39	R\$ 43.902,00
162	DOSAGEM DE ALUMINIO	TESTE	145	R\$ 43,90	R\$ 6.365,50
163	DOSAGEM DE CHUMBO	TESTE	180	R\$ 31,35	R\$ 5.643,00
164	DOSAGEM DE LITIO	TESTE	195	R\$ 25,37	R\$ 4.947,15
165	DOSAGEM DE ZINCO	TESTE	73	R\$ 34,84	R\$ 2.543,32
166	ANTIBIOGRAMA	TESTE	12.000	R\$ 35,16	R\$ 421.920,00
167	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	TESTE	1.200	R\$ 114,30	R\$ 137.160,00
168	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	TESTE	240	R\$ 20,00	R\$ 4.800,00
169	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	TESTE	60	R\$ 54,16	R\$ 3.249,60
170	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	TESTE	720	R\$ 20,00	R\$ 14.400,00
171	BACTEROSCOPIA (GRAM)	TESTE	1.200	R\$ 22,40	R\$ 26.880,00
172	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	TESTE	12.000	R\$ 57,78	R\$ 693.360,00
173	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	TESTE	2.400	R\$ 65,53	R\$ 157.272,00
174	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	TESTE	240	R\$ 60,75	R\$ 14.580,00
175	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	TESTE	720	R\$ 29,32	R\$ 21.110,40
176	HEMOCULTURA	TESTE	40	R\$ 74,55	R\$ 2.982,00
177	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	TESTE	3.000	R\$ 25,61	R\$ 76.830,00
178	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	TESTE	6.000	R\$ 26,39	R\$ 158.340,00
179	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	TESTE	6.000	R\$ 17,25	R\$ 103.500,00
180	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	TESTE	6.000	R\$ 28,11	R\$ 168.660,00
181	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMOIDIOS	TESTE	40	R\$ 123,85	R\$ 4.954,00
182	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	TESTE	25	R\$ 55,20	R\$ 1.380,00
183	DOSAGEM DE ANTIGENO CA 125	TESTE	80	R\$ 34,68	R\$ 2.774,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

184	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	TESTE	10	R\$ 14,41	R\$ 144,10
185	DOSAGEM DE CALCITONINA	TESTE	10	R\$ 36,08	R\$ 360,80
186	DOSAGEM DE MERCURIO	TESTE	30	R\$ 31,51	R\$ 945,30
187	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	TESTE	30	R\$ 36,57	R\$ 1.097,10
188	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUIÇÃO	TESTE	700	R\$ 68,40	R\$ 47.880,00
189	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	TESTE	300	R\$ 62,66	R\$ 18.798,00
190	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APÓS TRH	TESTE	50	R\$ 140,16	R\$ 7.008,00
191	TESTE DE AVIDEZ	TESTE	2.000	R\$ 113,95	R\$ 227.900,00
192	DOSAGEM DE LACTATO	TESTE	2.000	R\$ 25,05	R\$ 50.100,00
193	TESTE DE CLORETO NO SUOR	TESTE	24	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
					R\$ 19.753.614,13

Valor total estimado é **R\$ 19.753.614,13** (dezenove milhões e setecentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quatorze reais e treze centavos). Os interessados no credenciamento deverão apresentar sua proposta de adesão PARA TODOS o(s) item(ns).

A existência de credenciados não obriga o município a firmar os compromissos que deles poderão advir. A não contratação dos serviços não importará em indenização de qualquer espécie. Fica facultada, em caso de futura contratação, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações, assegurando-se aos credenciados a preferência em igualdade de condições.

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel./Fax: _____ E-mail: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____
Localidade, ____ de ____ de ____.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2025 – SEMSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.139/2025-SEMSA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM.

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro, _____, CEP _____ Município _____, por seu representante legal abaixo-assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- 1) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 2) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3) As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;
- 4) Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5) Não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;
- 6) Não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Cidade - UF, , de 2025

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:
CPF:
CNPJ da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME/EPP

(Empregador Pessoa Jurídica)

Ao
Município de Santarém -PA

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 004/2025 – SEMSA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.139/2025-SEMSA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM.

(Nome da Empresa), CNPJ Nº, sediada na Rua, nº, bairro,, CEP, Município, por seu representante legal abaixo-assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei:

- a) Ser ME, EPP ou MEI;
- b) Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- c) Que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Local, / / .

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VI
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE SANTARÉM através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA, pessoa jurídica de direito público, sediada na Avenida Mendonça Furtado, 2440, Aldeia, CEP: 68040-050, CNPJ: n.º 17.556.659/0001-21, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Senhor Everaldo de Souza Martins Filho, xxxxxxxxx, Santarém-PA, titular do CPF n.º xxxxxxxxxxxxxx e cédula de identidade RG n.º xxxxxxxxxxxxxx, segundo o Decreto n.º 010/2025 - GAP/PMS de 01 de Janeiro de 2025, indicada abaixo, de acordo com a classificação, atendendo as condições e as especificações técnicas regulamentada pelo Edital de Credenciamento 004/2025 e anexos, sendo do tipo INEXIGIBILIDADE, procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, Processo Administrativo n.º 2.139/2025, independentemente de transcrições, constituindo-se este TERMO DE CREDENCIAMENTO documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	
CNPJ	
ENDEREÇO	
REPRESENTANTE OU PREPOSTO:	Nome: CPF: CONTATO (TELEFONE E E-MAIL):
CRM DA PESSOA JURÍDICA:	
CONTATO (TELEFONE E E-MAIL DA EMPRESA):	Telefo ne: Celula r: E- mail:

1. DO OBJETO

1.1. Este Termo possui o objetivo de efetivar o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ROTINA E ESPECIALIZADOS PARA O NÚCLEO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTARÉM**, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2. DOS VALORES DO PAGAMENTO

- 2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 2.2. No valor unitário dos procedimentos estão inseridas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, trabalhista, etc.).
- 2.3. No valor unitário do procedimento estão consideradas todas as despesas que diretamente ou indiretamente estejam relacionados a execução dos serviços, inclusive os custos com deslocamento.

3. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O prazo para iniciar os serviços será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento formal da Ordem de Serviço e assinatura do contrato para cada demanda.
- 3.1.1. Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, a Contratada pode formalizar pedido de prorrogação deste prazo, com justificativa plausível, para apreciação e decisão do Órgão/Entidade Contratante.
- 3.2. O prazo para execução dos serviços será determinado pelo Contratante para cada demanda.

4. DAS VIGÊNCIAS/PRAZOS

- 4.1. EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital e finalizará após 12 (doze) meses desta publicação.
- 4.2. TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à do Edital de Credenciamento.
- 4.3. DEMANDA DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigente o Termo de Credenciamento.
- 4.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A execução e a realização dos serviços seguirão os prazos determinados pela Secretaria Requisitante, podendo ser finalizado após a vigência deste termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado de pleno direito, nas situações previstas no edital de credenciamento, parte integrante e indissociável deste Termo de Credenciamento.

6. DAS VEDAÇÕES

6.1. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do Termo de Credenciamento para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.

6.2. É vedada a prorrogação do Termo de Credenciamento.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, este Termo de Credenciamento poderá ser anulado se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspenso ou revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

7.2. A anulação do Edital de Credenciamento afetará o Termo de Credenciamento e o Contrato decorrente.

7.3. As cláusulas deste Termo de Credenciamento somam-se às obrigações das partes previstas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 004/2025 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato.

7.4. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

8. DO FORO

8.1. As partes elegem o foro da cidade de Santarém – PA, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santarém - PA, de de 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

(Razão Social do Licitante)....., CNPJ Nº por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA e NEM SUSPENSA TEMPORARIAMENTE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, / / .

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ da empresa